



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**Contratação de serviços de tradução e
interpretação da Língua Brasileira de
Sinais (LIBRAS)**



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE	4
3. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.....	5
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	5
5. LEVANTAMENTO DE MERCADO	10
6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES	14
7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	17
8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	19
9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO	20
10. SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIO E COOPERATIVAS DE MÃO DE OBRA	22
11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS	24
12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES	25
13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS.....	26
14. CLASSIFICAÇÃO NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/11	27
15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO	28

1. INTRODUÇÃO

O **princípio do planejamento**, consagrado pela **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, orienta a atuação administrativa no sentido da racionalidade, eficiência e adequada alocação dos recursos públicos. Nesse contexto, a fase preparatória da contratação assume papel central, pois é nela que se identifica a necessidade administrativa e se avaliam as alternativas disponíveis para o atendimento do interesse público.

O **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** constitui instrumento essencial dessa etapa inicial do planejamento, destinado a demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, bem como a justificar, de forma fundamentada, a escolha da **solução a ser adotada**, em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade analisar a necessidade de contratação de empresa para a prestação de serviços de tradução e interpretação da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e vice-versa, a serem realizados durante sessões plenárias, eventos institucionais, cursos e demais atividades promovidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR, em atendimento às diretrizes de **acessibilidade e inclusão**.

A elaboração deste ETP visa **caracterizar o interesse público envolvido**, examinar as alternativas existentes no mercado, estimar quantitativos e custos, bem como definir a solução que melhor atenda às necessidades institucionais do Tribunal, em observância à legislação vigente e às normas internas aplicáveis.

Os elementos aqui apresentados servirão de base para a elaboração do Termo de Referência e para a adequada instrução do processo de contratação, assegurando coerência, consistência técnica e segurança jurídica à futura licitação.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A necessidade da contratação decorre do dever institucional do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR de assegurar condições adequadas de **acessibilidade comunicacional** às pessoas com deficiência auditiva, garantindo-lhes o pleno acesso à informação, à comunicação e à participação nas atividades institucionais, em igualdade de condições com as demais pessoas. Nesse sentido, a **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, orientando a eliminação de barreiras que restrinjam ou impeçam o exercício de direitos, inclusive no âmbito da comunicação e do acesso à informação.

De forma complementar, a **Lei Federal nº 13.146/2015** (Estatuto da Pessoa com Deficiência), ao tratar do acesso à informação e à comunicação, determina que sejam assegurados recursos de acessibilidade capazes de eliminar barreiras comunicacionais, incluindo, expressamente, a utilização de intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como recurso de tecnologia assistiva, nos termos do **art. 67, inciso II**. A mesma norma estabelece, ainda, que eventos de natureza científico-cultural, bem como aqueles promovidos ou financiados pelo poder público, devem garantir condições de acessibilidade e a disponibilização dos recursos necessários à participação das pessoas com deficiência, conforme dispõem os **arts. 70 e 71**.

No âmbito do TCE/PR, realizam-se de forma contínua sessões plenárias, eventos institucionais, cursos, capacitações, reuniões solenes e outras atividades oficiais de caráter público, nas quais a comunicação oral desempenha papel central para a compreensão dos debates, decisões e conteúdos apresentados. A ausência de serviços adequados de tradução e interpretação em LIBRAS compromete a efetividade desses atos, restringe a participação de pessoas surdas e inviabiliza o atendimento pleno às exigências legais de acessibilidade comunicacional.

A contratação de serviços especializados mostra-se, portanto, necessária para viabilizar a comunicação bidirecional entre pessoas surdas e ouvintes,

assegurando a compreensão integral das manifestações orais produzidas no âmbito das atividades institucionais do Tribunal. Trata-se de serviço que demanda qualificação técnica específica, domínio terminológico e observância de padrões éticos próprios da atividade de interpretação.

Ressalte-se, ainda, que a demanda apresenta caráter contínuo, uma vez que as atividades institucionais do TCE/PR ocorrem regularmente ao longo do exercício, sem possibilidade de previsão exata quanto à frequência, duração ou quantidade de eventos que exigirão a prestação do serviço. Ademais, o Tribunal não dispõe, em seus quadros permanentes, de profissionais habilitados para a execução direta e especializada dessas atividades, o que inviabiliza a adoção de solução interna.

Dessa forma, a necessidade ora descrita fundamenta-se no dever legal de promoção da acessibilidade comunicacional, na natureza recorrente das atividades desenvolvidas pelo Tribunal e na inexistência de meios próprios para atendimento da demanda, justificando a adoção de solução contratual específica para a prestação de serviços de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

3. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação foi devidamente contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, no âmbito do procedimento nº 58737-0/25.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos da contratação consistem nas **condições mínimas e indispensáveis** para que a solução contratada atenda, com qualidade e continuidade, às necessidades do **Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR** quanto à **acessibilidade comunicacional** em atividades institucionais.

Os requisitos a seguir refletem o histórico contratual do Tribunal, as características específicas do serviço e as boas práticas observadas em contratações similares no âmbito da Administração Pública.

4.1 ESCOPO E NATUREZA DO SERVIÇO

Descrição: Prestação de serviços de tradução e interpretação entre a Língua Portuguesa e a LIBRAS, nas modalidades **simultânea ou consecutiva**, conforme a natureza do ato, para atendimento de sessões plenárias, reuniões, solenidades, eventos institucionais, cursos, capacitações e demais atividades promovidas ou apoiadas pelo TCE/PR.

Justificativa: As atividades institucionais demandam comunicação acessível em ambientes formais e técnicos, exigindo interpretação fiel, precisa e compatível com o contexto institucional.

4.2 EXECUÇÃO SOB DEMANDA

Descrição: Os serviços deverão ser prestados **sob demanda**, mediante requisição da Administração, podendo ocorrer variação significativa de frequência, inclusive com períodos sem acionamento.

Justificativa: A dinâmica institucional do Tribunal não permite previsão exata de datas, duração ou quantidade de eventos, sendo necessária solução flexível e adaptável.

4.3 JORNADA, CÔMPUTO E UNIDADE DE MEDIÇÃO

Descrição: a unidade de medição será **hora-profissional**, assegurado pagamento mínimo de **1 (uma) hora-profissional** por profissional mobilizado. Após a primeira hora, as frações serão apuradas em períodos de **15 (quinze) minutos**, equivalentes a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor unitário da hora-profissional, **considerando-se o arredondamento para cima do tempo excedente para o próximo bloco de 15 (quinze) minutos**.

Justificativa: a adoção de frações de 15 (quinze) minutos visa adequar a medição à prática de execução e registro das OS, que frequentemente resulta em tempos efetivos com minutos não múltiplos de 30, reduzindo distorções de arredondamento e conferindo maior proporcionalidade e controle na apuração, sem prejuízo da objetividade e verificabilidade do critério.

4.4 REGRAS SOBRE ATRASOS, INTERVALOS E INTERRUPÇÕES

Descrição: Não serão descontados atrasos não imputáveis à contratada. No cômputo da jornada, deverão ser descontados intervalos para almoço ou jantar quando não houver prestação de serviço, computando-se, entretanto, intervalos técnicos ou coffee-breaks como tempo efetivamente trabalhado.

Justificativa: A definição prévia dessas regras evita divergências na medição e confere previsibilidade à execução contratual.

4.5 ADICIONAIS POR EXECUÇÃO EM HORÁRIO EXCEPCIONAL E DIAS NÃO ÚTEIS

Descrição: Quando a prestação se estender além das **22h**, deverá incidir adicional de **20%** sobre as horas trabalhadas. Nos serviços realizados em **finais de semana e feriados**, deverá incidir adicional de **25%**.

Justificativa: A previsão disciplina hipóteses de execução extraordinária e assegura critérios objetivos de remuneração.

4.6 CANCELAMENTO DE ATIVIDADES

Descrição: Na hipótese de cancelamento de atividade, a CONTRATADA deverá ser comunicada com antecedência mínima de 3 (três) horas. Caso a comunicação ocorra em prazo inferior, será devida compensação pela mobilização correspondente a 50% (cinquenta por cento) de 1 (uma) hora-profissional por intérprete mobilizado, observado o quantitativo mínimo de 2 (dois) intérpretes por demanda.

Justificativa: O requisito equilibra os interesses da Administração e da contratada, reduzindo riscos de litígio.

4.7 PROFISSIONAIS E OBSERVÂNCIA DA REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

Descrição: Os serviços deverão ser executados por profissionais aptos ao exercício da atividade de **Tradutor e Intérprete de LIBRAS**, observada a

regulamentação prevista na **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**, inclusive quanto às atribuições, competências e deveres profissionais.

Justificativa: A observância do marco legal da profissão assegura qualidade técnica, legitimidade e segurança jurídica à contratação.

4.8 QUANTITATIVO DE INTÉRPRETES E REVEZAMENTO

Descrição: na execução dos serviços, deverá ser assegurada, como regra, a atuação de **2 (dois) intérpretes**, em regime de **revezamento**, com alternância a cada **20 (vinte) minutos**, para preservação da qualidade da interpretação e mitigação de fadiga, conforme boas práticas da área.

Justificativa: A interpretação em Libras–Língua Portuguesa é atividade de elevada exigência cognitiva e demanda alternância para prevenção de fadiga e preservação da fidedignidade da mensagem.

4.9 USO DE IMAGEM E VOZ EM TRANSMISSÕES E GRAVAÇÕES

Descrição: Quando as atividades forem transmitidas, gravadas ou disponibilizadas por meios audiovisuais, deverá ser assegurada a **cessão de uso de imagem e voz** dos profissionais, exclusivamente para fins institucionais, nos termos a serem detalhados no Termo de Referência.

Justificativa: A previsão evita restrições posteriores à divulgação institucional dos atos públicos e confere segurança jurídica ao uso do material produzido.

4.10 RESPONSABILIDADE PELOS CUSTOS E ENCARGOS

Descrição: No valor da hora-profissional deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais despesas operacionais.

Justificativa: O requisito evita custos ocultos e assegura que a Administração não suporte ônus adicionais não previstos.

4.11 INEXISTÊNCIA DE FATURAMENTO MÍNIMO

Descrição: Não caberá à contratada qualquer direito caso o valor estimado da contratação não seja integralmente atingido durante a vigência, considerando o caráter **sob demanda** do serviço.

Justificativa: A cláusula preserva a discricionariedade administrativa e afasta expectativa de faturamento mínimo.

4.11 HORÁRIO DE EXECUÇÃO E DURAÇÃO DAS ATIVIDADES

Descrição: As atividades objeto da contratação possuirão, em regra, **horário previamente definido para início**, especialmente no caso de sessões colegiadas recorrentes, como as sessões ordinárias realizadas em dias e horários fixos.

A duração informada na Ordem de Serviço ou na comunicação operacional correspondente terá **caráter estimativo**, considerando a natureza deliberativa dessas atividades, **cujo encerramento não pode ser previamente determinado**. Nessas hipóteses, o serviço de interpretação deverá ser prestado **desde o horário de início informado até o encerramento efetivo da sessão ou atividade**, ainda que haja extrapolação da estimativa inicial de duração.

Justificativa: A previsão reconhece a natureza variável e imprevisível da duração das sessões colegiadas, evitando a fixação de limites temporais inexecutáveis, ao mesmo tempo em que assegura planejamento mínimo, continuidade do serviço e segurança jurídica para a fiscalização, o ateste da execução e a adequada remuneração da contratada.

4.12 REQUISITOS TÉCNICOS PARA EXECUÇÃO REMOTA

Descrição: Para a execução dos serviços em **modalidade remota**, a CONTRATADA deverá assegurar condições técnicas mínimas aptas a garantir a continuidade, a estabilidade e a nitidez da janela de **LIBRAS**, observados, no mínimo, os seguintes requisitos:

I – conexão à internet com velocidade mínima de **100 Mbps**, estável e compatível com transmissões simultâneas de áudio e vídeo;

II – utilização de câmera com padrão mínimo **Full HD (1080p – 1920x1080)**;

III – disponibilidade de recursos tecnológicos que permitam o acompanhamento simultâneo da sessão, incluindo apresentações, orador e/ou outro intérprete, concomitantemente à transmissão;

IV – ambiente reservado, devidamente iluminado e silencioso, vedado o trânsito de pessoas ou animais durante a prestação do serviço;

V – utilização de fundo neutro, preferencialmente em tons claros ou cinza, admitida a utilização de **chroma key**, desde que previamente testada e aprovada;

VI – realização de testes prévios de áudio, vídeo e enquadramento antes do evento, em conformidade com as orientações técnicas da Administração.

Justificativa: O presente requisito visa padronizar as condições mínimas para a prestação dos serviços em modalidade remota, assegurando a qualidade e a continuidade da interpretação em LIBRAS, indispensáveis à efetivação do resultado de acessibilidade comunicacional pretendido. Adicionalmente, a definição objetiva desses parâmetros reduz o risco de falhas técnicas, tais como instabilidade de conexão, baixa resolução de imagem, ruídos, iluminação inadequada ou enquadramento insuficiente, que possam comprometer a adequada execução do serviço. Por fim, o estabelecimento de requisitos técnicos claros e verificáveis viabiliza fiscalização mais objetiva e uniforme pela Administração, permitindo critérios transparentes para aceitação do serviço, determinação de correções e eventual aplicação de glosas quando a não conformidade decorrer de insuficiência técnica da contratada, além de conferir maior previsibilidade e isonomia entre os licitantes, ao explicitar condições que devem ser consideradas na organização operacional e na formação dos preços.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em conformidade com o **art. 18, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021**¹, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de analisar as alternativas disponíveis e justificar, sob os aspectos técnicos e econômicos, a solução mais adequada à necessidade do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) quanto à execução do objeto pretendido.

Foram consideradas as seguintes opções:

5.1 CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS ESPECIALIZADA

Uma das alternativas historicamente adotadas pelo TCE/PR consistiu na contratação de **entidade sem fins lucrativos**, vinculada à temática da deficiência, para a prestação dos serviços de tradução e interpretação em LIBRAS, conforme o **processo nº 7983-7/21**, que resultou no **Contrato nº 08/2021**, formalizado mediante **dispensa de licitação** com fundamento no **art. 24, inciso XX, da Lei nº 8.666/1993**.

No contexto normativo atual, contudo, a eventual repetição desse modelo **não se apresenta como solução automaticamente replicável**. A hipótese correspondente prevista na **Lei nº 14.133/2021**, em seu **art. 75, inciso XIV**², é **substancialmente mais restritiva**, ao exigir, além de que a contratada seja associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada

¹ Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

(...)

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

² Art. 75. É dispensável a licitação: XIV - para contratação de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão ou entidade da Administração Pública, para a prestação de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado e os serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência; (...)

idoneidade, que **os serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência**.

Tal requisito adicional representa alteração relevante em relação ao regime da Lei nº 8.666/1993 e impõe condicionantes rigorosos para a contratação direta, cuja demonstração, no caso concreto, não se presume compatível com o objeto pretendido - serviço especializado de tradução e interpretação em LIBRAS, prestado sob demanda e em ambientes institucionais formais. Ademais, a vinculação prévia do objeto a um perfil jurídico específico de fornecedor se mostra incompatível com a opção administrativa pela realização de procedimento licitatório competitivo.

Assim, embora a experiência pretérita seja relevante como **referência histórica de execução**, esse modelo é registrado no levantamento de mercado como **alternativa analisada**, mas não se apresenta como solução adequada a ser reproduzida no cenário atual.

5.2 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA

Outra alternativa identificada consiste na contratação de **empresa especializada** na prestação de serviços de tradução e interpretação em LIBRAS, com atuação estruturada no mercado e capacidade de disponibilizar profissionais qualificados conforme a demanda da Administração.

Sob o aspecto **jurídico**, essa alternativa mostra-se plenamente compatível com a **modalidade Pregão**, uma vez que se trata de serviço cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser **objetivamente definidos**, permitindo a formulação de critérios claros de execução, medição e pagamento.

Do ponto de vista **operacional**, empresas especializadas normalmente dispõem de estrutura administrativa, banco de profissionais, mecanismos de substituição e planos de contingência, o que favorece a **continuidade do serviço**, a **flexibilidade no atendimento sob demanda** e a mitigação de riscos associados à indisponibilidade pontual de profissionais.

Além disso, esse modelo amplia o universo de potenciais fornecedores, fortalece a **competitividade**, facilita a fiscalização e contribui para a **economicidade** e a **eficiência administrativa**, revelando-se alternativa adequada às necessidades institucionais do Tribunal.

5.3 EXECUÇÃO DIRETA PELA ADMINISTRAÇÃO

Também foi analisada a possibilidade de **execução direta** dos serviços de tradução e interpretação em LIBRAS pelo próprio TCE/PR. Contudo, essa alternativa mostra-se **inviável** sob os aspectos administrativo, técnico e organizacional.

O Tribunal **não dispõe, em seus quadros permanentes**, de servidores investidos de atribuições compatíveis com a atividade de tradução e interpretação em LIBRAS, tampouco de cargos ou estrutura funcional destinados a esse tipo de serviço especializado. A absorção dessa atividade demandaria a criação de estrutura específica, capacitação contínua e alocação de recursos humanos para função que não integra as competências institucionais do órgão.

Tal cenário afrontaria os princípios da **eficiência**, da **economicidade** e da **boa administração**, além de potencialmente caracterizar desvio de função, razão pela qual a execução direta não se mostra alternativa viável.

5.4 CONTRATAÇÃO INDIVIDUAL OU FRACIONADA DE PROFISSIONAIS

A contratação individual ou fracionada de **profissionais autônomos** também foi considerada como alternativa. Todavia, essa opção apresenta **limitações relevantes** do ponto de vista operacional e jurídico.

Esse modelo implicaria maior complexidade na gestão de escalas, dificuldade de substituição em caso de ausências ou impedimentos, aumento do esforço de fiscalização e fragilidade na continuidade do serviço. Ademais, a contratação pulverizada de profissionais pode gerar **riscos jurídicos** relacionados à caracterização da relação contratual e à responsabilização da Administração.

Dessa forma, a contratação individualizada não se mostra adequada para atender, de maneira contínua, organizada e segura, às demandas institucionais do TCE/PR.

5.5 ANÁLISE CONCLUSIVA DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

Diante das alternativas analisadas, conclui-se que a **contratação de empresa especializada**, mediante procedimento licitatório na modalidade **Pregão**, constitui a solução **mais adequada e vantajosa** para o atendimento da necessidade identificada, sob os aspectos **jurídico, técnico, operacional e administrativo**.

Essa alternativa permite assegurar a acessibilidade comunicacional de forma contínua e sob demanda, amplia a competitividade, reduz riscos jurídicos e operacionais e se mostra compatível com a legislação vigente e com os princípios que regem as contratações públicas.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades tem por finalidade dimensionar, de forma **razoável e fundamentada**, o volume de serviços necessário ao atendimento da demanda institucional do **Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR**, servindo como referência para o planejamento da contratação, para a formação do valor estimado e para a adequada instrução do processo.

A definição das quantidades considerou, de forma conjugada:

- o **histórico de utilização** dos serviços em contratações anteriores;
- a **natureza das atividades institucionais** do Tribunal;
- o **caráter sob demanda** da prestação; e
- a necessidade de **revezamento de intérpretes**, conforme boas práticas da área.

6.1 BASE HISTÓRICA E COMPORTAMENTO DA DEMANDA

A demanda por serviços de tradução e interpretação em LIBRAS no âmbito do TCE/PR está associada, principalmente, à realização de **sessões**

plenárias, eventos institucionais, capacitações, reuniões solenes e demais atividades oficiais que envolvam comunicação oral e participação do público.

A experiência institucional demonstra que a utilização do serviço ocorre de forma **variável e não linear**, com períodos de maior concentração e outros de baixa ou nenhuma demanda, o que inviabiliza a fixação de quantitativos rígidos e reforça a necessidade de contratação sob regime **sob demanda**.

6.2 UNIDADE DE MEDIÇÃO ADOTADA

Para fins de estimativa, adotou-se como unidade de medição a **hora-profissional** (R\$/hora-profissional), por se tratar de critério objetivo, verificável e compatível com a forma de execução e de fiscalização do serviço.

Considera-se, para fins de execução do objeto, que a atuação de **2 (dois) intérpretes**, em **regime de revezamento**, constitui **padrão de execução** para assegurar a qualidade, a fidedignidade e a continuidade da interpretação em LIBRAS, com alternância preferencial a cada **20 (vinte) minutos**, razão pela qual a estimativa de horas leva em conta o quantitativo de profissionais envolvidos.

6.3 QUANTITATIVO ESTIMADO MENSAL

Com base no histórico de demandas e na análise da rotina institucional do Tribunal, estimou-se a necessidade média de **25 (vinte e cinco) horas-base por mês** para a prestação dos serviços, observadas as regras de execução previstas neste estudo, inclusive quanto à atuação em **revezamento por 2 (dois) intérpretes**, como padrão de execução.

A estimativa mensal foi construída a partir da quantidade e da duração média das **sessões do Pleno** previstas para o período de 12 (doze) meses, conforme programação institucional/regimental. Para fins de planejamento, adotou-se como parâmetro médio **3 (três) horas por dia**, em **2 (dois) dias por semana**, ao longo de **4 (quatro) semanas por mês**, totalizando **24 (vinte e quatro) horas-base/mês**. Considerou-se, ainda, a ocorrência de **lives, eventos e cursos** gravados ou transmitidos ao vivo, bem como variações de duração e sessões extraordinárias, razão pela qual foi incorporada **margem de segurança**

operacional, resultando na estimativa média de **25 (vinte e cinco) horas-base/mês**, em regime **sob demanda** e **sem garantia de consumo integral**.

Tal estimativa constitui **parâmetro de planejamento**, não se configurando como obrigação mínima de execução, mas como referência para dimensionamento e formação do valor estimado da contratação.

6.4 QUANTITATIVO ESTIMADO ANUAL

A partir da estimativa mensal, projeta-se o seguinte quantitativo anual:

- 25 horas-base/mês × 12 meses = 300 horas-base/ano;
- 25 horas-base/mês × 24 meses = 600 horas-base/24 meses;
- Considerando a atuação de **2 intérpretes**, estima-se o total de **1.200 horas-profissionais** para o período de **24 (vinte e quatro) meses**.

Esse quantitativo estimado servirá de base para a definição do valor global da contratação, observada a ressalva de que os serviços serão prestados **exclusivamente conforme a demanda efetiva**, não gerando direito a faturamento mínimo.

6.5 RESSALVAS QUANTO À NATUREZA ESTIMATIVA DOS QUANTITATIVOS

Ressalta-se que os quantitativos ora apresentados possuem **natureza estimativa**, sendo utilizados unicamente para fins de planejamento, dimensionamento orçamentário e formação do valor estimado da contratação.

A efetiva execução dos serviços dependerá da ocorrência das atividades institucionais que demandem acessibilidade comunicacional, não havendo garantia de utilização integral do quantitativo projetado, em razão do regime **sob demanda** adotado.

6.6 ADEQUAÇÃO DA ESTIMATIVA À SOLUÇÃO ESCOLHIDA

A estimativa das quantidades mostra-se compatível com a solução definida no levantamento de mercado, notadamente a contratação de empresa

especializada, permitindo flexibilidade operacional, controle da execução e correlação direta entre o serviço efetivamente prestado e o pagamento devido.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A contratação proposta terá vigência estimada de **24 (vinte e quatro) meses**, com prestação **sob demanda** de serviços de **tradução e interpretação de LIBRAS**, conforme especificações do Termo de Referência.

Premissas utilizadas para estimativa

- Unidade de medição adotada: hora-profissional (R\$/hora-profissional);
- Execução: hora-base prestada por 2 (dois) intérpretes em regime de revezamento;
- Estimativa de demanda: 25 horas-base/mês;
- Demanda anual estimada: 300 horas-base/ano;
- **Conversão para fins de cálculo do valor global (24 meses):**
 - Horas-base (24 meses) = $25 \times 24 = 600$ horas-base;
 - Horas-profissionais (24 meses) = $600 \times 2 = 1.200$ horas-profissionais.

Fonte de pesquisa e metodologia

A pesquisa de preços foi realizada em conformidade com o **art. 27 da IS nº 181/2024**, mediante utilização combinada de: (i) contratos administrativos de órgãos públicos; (ii) PNCP; (iii) Fonte de Preços; (iv) tabela FEBRAPILS; e (v) GMS (consulta realizada; registro localizado e analisado, sem integração ao cálculo estatístico por ausência de padronização objetiva da unidade).

Em razão da existência de fontes com modelos distintos de quantificação (hora-base, hora/equipe e hora-profissional), procedeu-se à **padronização** dos valores para a unidade **R\$/hora-profissional**, possibilitando comparação objetiva.

Regras de padronização (R\$/hora-profissional)

- a) **Hora-base com 2 intérpretes:** valor ÷ 2;
- b) **Hora-equipe com 3 profissionais:** valor ÷ 3;
- c) **Hora-profissional:** mantém o valor.

Tabela 1 – Mapa de Pesquisa de Preços (R\$/hora-profissional)

Fonte	Valor (R\$/hora-profissional)
Contratos administrativos (média)	143,16
Contrato vigente TCE-PR	144,00
PNCP (média)	102,91
Fonte de Preços	183,99
FEBRAPILS (equivalente)	128,00
Mediana (R\$)	143,16

Metodologia de cálculo do valor de referência

Considerando a dispersão entre as fontes, adotou-se a **mediana** dos valores consolidados, por ser medida menos sensível a valores extremos e mais representativa do comportamento central do conjunto de dados.

Valores ordenados (R\$/hora-profissional): **102,91; 128,00; 143,16; 144,00; 183,99.**

Mediana = R\$ 143,16/hora-profissional.

Valor estimado da contratação

Fórmulas aplicadas

a) Horas-profissionais anuais = Horas-base anuais × nº de intérpretes
600 = 300 × 2.

b) Valor anual estimado = Horas-profissionais anuais × valor unitário estimado

R\$ 85.896,00 = 600 × 143,16.

c) Valor total estimado (24 meses) = **Valor anual estimado × 2**
R\$ 171.792,00 = R\$ 85.896,00 × 2.

Tabela 2 - Quadro resumo

Descrição	Valor (R\$)
Quantidade anual estimada	300 horas-base
Quantidade anual equivalente	600 horas-profissionais



Valor unitário estimado	143,16/hora-profissional
Valor total estimado (12 meses)	85.896,00
Valor total estimado (24 meses)	171.792,00

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na **contratação de empresa especializada** para a prestação de serviços de **tradução e interpretação da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)** e vice-versa, a serem executados **sob demanda**, conforme a necessidade do **Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR**, durante a realização de sessões, eventos institucionais, cursos, capacitações, reuniões solenes e demais atividades oficiais que demandem acessibilidade comunicacional.

A prestação dos serviços ocorrerá **exclusivamente em modalidade remota**, mediante utilização de tecnologias de informação e comunicação e acesso por plataforma/link indicado pela Administração, para viabilizar a interpretação/tradução em LIBRAS nas atividades institucionais do TCE/PR, ao vivo e/ou gravadas, nas formas simultânea e/ou consecutiva.

A solução contempla a disponibilização de **profissionais qualificados**, aptos a realizar a interpretação simultânea ou consecutiva, conforme o caso, observadas as boas práticas da área e a regulamentação da profissão. Deverá ser assegurada a atuação de **dois intérpretes**, em **regime de revezamento**, a fim de preservar a qualidade técnica da interpretação e evitar prejuízos decorrentes de fadiga.

A execução do objeto será estruturada com base na **unidade de medição hora-profissional**, critério que permite mensuração objetiva da prestação, compatibiliza-se com o regime sob demanda e viabiliza controle efetivo por parte da fiscalização contratual. O acionamento dos serviços ocorrerá mediante requisição da Administração, não havendo obrigatoriedade de utilização integral do quantitativo estimado.

A solução proposta atribui à contratada a responsabilidade integral pela **organização da equipe, gestão de escalas, substituição de profissionais**,

observância de padrões éticos e de confidencialidade, bem como pela disponibilização dos recursos necessários à execução dos serviços, sem prejuízo da atuação da fiscalização do contrato pelo TCE/PR.

Do ponto de vista da **gestão e do controle**, a solução permite a adoção de critérios claros de acompanhamento da execução, com registros formais das atividades atendidas, incluindo identificação do evento, data, duração, profissionais alocados e validação pelo fiscal, assegurando transparência, rastreabilidade e correlação direta entre o serviço efetivamente prestado e o pagamento devido.

Sob o aspecto **jurídico e administrativo**, a contratação mediante procedimento licitatório na modalidade **Pregão** revela-se compatível com a solução delineada, uma vez que se trata de serviço cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, permitindo disputa competitiva e seleção da proposta mais vantajosa, sem prejuízo da flexibilidade operacional exigida pela natureza da demanda.

Dessa forma, a solução descrita atende de maneira integrada às necessidades de **acessibilidade comunicacional, continuidade do serviço, controle da execução e segurança jurídica**, apresentando-se como adequada para subsidiar a elaboração do Termo de Referência e a instrução do processo de contratação.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A Administração Pública deve avaliar, como regra, a possibilidade de **parcelamento do objeto**, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção de maior economicidade, desde que a divisão não comprometa a **funcionalidade, a qualidade e a responsabilidade técnica** inerentes à contratação.

No caso da contratação de serviços, a **Lei nº 14.133/2021** estabelece que as licitações devem observar o princípio do parcelamento quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso (**art. 47, inciso II**), determinando, ainda,

que, na aplicação desse princípio, a Administração considere, entre outros fatores, a **responsabilidade técnica**, o **custo para a Administração da gestão de múltiplos contratos** e o dever de buscar a ampliação da competição, evitando a concentração de mercado (**art. 47, §1º**). No âmbito estadual, o **Decreto nº 10.086/2022** reforça essa diretriz ao prever que, na contratação de serviços, a decisão sobre o parcelamento deve ponderar, especialmente, a responsabilidade técnica envolvida e o custo administrativo decorrente da gestão de diversos contratos frente às vantagens esperadas com a divisão do objeto (**art. 344, incisos I e II**).

No caso concreto, o objeto consiste na prestação de serviços de **tradução e interpretação da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e vice-versa**, em caráter **continuado** e **sob demanda**, para cobertura de sessões, eventos e demais atividades institucionais do **Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR**, exigindo **pronta resposta** e execução compatível com a dinâmica da agenda institucional. Trata-se de serviço que demanda **coordenação operacional permanente, padronização de procedimentos, uniformidade na qualidade da interpretação e gestão integrada de escalas**, inclusive para assegurar o **revezamento de profissionais**, medida necessária à preservação da qualidade técnica e à mitigação de riscos de falhas de interpretação.

A eventual fragmentação do objeto, seja por tipo de atividade (sessões, eventos ou cursos), por unidade administrativa, por turnos ou por períodos, introduziria **riscos relevantes à execução**, tais como: (i) dificuldade de alocação coordenada de profissionais e de substituições; (ii) potencial divergência de métodos, padrões e condutas profissionais, com impacto direto na qualidade do serviço; (iii) aumento do esforço administrativo e do custo de coordenação e fiscalização; e (iv) risco de descontinuidade da prestação, em razão de conflitos de agenda e de responsabilização difusa entre contratadas distintas.

Sob o enfoque da **governança contratual**, a contratação única favorece a **unidade de comando**, a **centralização da gestão operacional** e a **responsabilização objetiva** pela execução integral do serviço, reduzindo riscos

administrativos e assegurando maior controle da qualidade e da continuidade da prestação. Essa solução revela-se mais eficiente e alinhada à racionalidade do sistema normativo aplicável, que impõe à Administração ponderar, no parcelamento de serviços, os impactos sobre a responsabilidade técnica e os custos administrativos decorrentes da multiplicidade de contratos.

Diante dessas considerações, conclui-se que o **parcelamento do objeto não se mostra técnica nem operacionalmente adequado** para a contratação em análise, por comprometer a integridade da execução, elevar os custos de gestão e fiscalização e aumentar os riscos de descontinuidade e de perda de padronização e qualidade, sendo mais conveniente ao interesse público a manutenção da contratação como **solução única e integrada**.

10. SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIO E COOPERATIVAS DE MÃO DE OBRA

A análise acerca da possibilidade de **subcontratação, participação em consórcio e atuação de cooperativas de mão de obra** tem por finalidade verificar a adequação dessas formas de execução ao objeto da contratação, considerando os aspectos **técnicos, operacionais, jurídicos** e de **governança contratual**, bem como os riscos associados à prestação do serviço.

10.1 SUBCONTRATAÇÃO

Em relação à **subcontratação**, verifica-se que o objeto consiste na prestação de serviços especializados de **tradução e interpretação da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e vice-versa**, cuja execução demanda **qualificação técnica específica, padronização de procedimentos, gestão integrada de escalas e responsabilização direta** pela qualidade e continuidade do serviço.

A admissão irrestrita de subcontratação poderia fragilizar a **unidade de comando**, dificultar a fiscalização, pulverizar responsabilidades e comprometer a uniformidade da prestação, sobretudo em razão do regime **sob demanda** e da necessidade de pronta resposta às requisições da Administração.

Dessa forma, sob o ponto de vista do planejamento, a subcontratação **não se mostra recomendável como regra geral**, devendo eventual admissão ser avaliada com cautela e, se prevista, restrita a situações específicas e devidamente justificadas, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto.

10.2 PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

Quanto à **participação de empresas em consórcio**, observa-se que o objeto não apresenta complexidade técnica ou vulto econômico que justifique, de forma necessária, a conjugação de capacidades empresariais distintas para sua execução.

O mercado identificado no levantamento preliminar revela a existência de fornecedores capazes de prestar o serviço de forma **individual**, com estrutura suficiente para atendimento das demandas previstas, inclusive no que se refere à disponibilização de profissionais, substituições e gestão operacional.

Além disso, a participação em consórcio poderia aumentar a complexidade da gestão contratual, dificultar a definição de responsabilidades e ampliar os riscos de conflitos internos entre consorciadas, sem ganhos proporcionais de eficiência ou economicidade.

Assim, a contratação **não demanda**, em princípio, a formação de consórcios, mostrando-se mais adequada a execução por empresa individualmente responsável pelo objeto.

10.3 COOPERATIVAS DE MÃO DE OBRA

No que se refere à participação de **cooperativas de mão de obra**, cumpre ponderar que a contratação de serviços de tradução e interpretação em LIBRAS envolve a prestação pessoal e continuada de atividade especializada, com requisitos de coordenação, controle de jornada, substituição e observância de padrões técnicos e éticos.

A utilização de cooperativas de mão de obra, quando configurada apenas como forma de intermediação de trabalho, pode gerar **riscos jurídicos** relacionados à caracterização de vínculo empregatício, à responsabilização da Administração e ao descumprimento de normas trabalhistas, além de dificultar a fiscalização da execução.

Diante dessas considerações, a participação de cooperativas de mão de obra **não se apresenta como solução adequada** ao objeto da contratação, devendo ser afastada no planejamento, em atenção aos princípios da segurança jurídica, da boa governança e da adequada gestão contratual.

10.4 SÍNTESE CONCLUSIVA

À luz das características do objeto e das alternativas analisadas, conclui-se que a contratação deve privilegiar a execução direta do serviço por **empresa individualmente responsável**, sem prejuízo de que os detalhes sobre eventual vedação ou limitação à subcontratação, à participação em consórcio ou à atuação de cooperativas de mão de obra sejam disciplinados de forma expressa no **Termo de Referência**, em conformidade com a legislação aplicável.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação pretendida visa alcançar resultados que assegurem o **pleno atendimento às diretrizes de acessibilidade e inclusão**, em consonância com o interesse público e com os deveres impostos à Administração Pública pela **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**, que estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade, e pela **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**, especialmente no que se refere à **eliminação de barreiras comunicacionais** e ao **acesso à informação e à comunicação**.

Como resultado principal, espera-se garantir a **acessibilidade comunicacional** às atividades institucionais do **Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR**, por meio da disponibilização de serviços de tradução e interpretação da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

e vice-versa, possibilitando a **participação plena e efetiva de pessoas surdas ou com deficiência auditiva** em sessões, eventos institucionais, cursos, capacitações e demais atos oficiais promovidos pelo Tribunal.

A contratação busca, ainda, assegurar que a comunicação institucional do TCE/PR seja realizada de forma **inclusiva, contínua e não discriminatória**, promovendo condições de igualdade no acesso às informações e aos espaços de deliberação pública, em conformidade com as normas gerais de acessibilidade e com as diretrizes de inclusão social estabelecidas na legislação vigente.

Outro resultado pretendido consiste na obtenção de **regularidade, previsibilidade e continuidade** na prestação dos serviços, com capacidade de atendimento **sob demanda**, compatível com a dinâmica da agenda institucional, evitando a interrupção ou a limitação do acesso comunicacional em atividades que exijam interpretação em LIBRAS.

Do ponto de vista da gestão administrativa, busca-se alcançar **maior controle, rastreabilidade e transparência** na execução contratual, mediante critérios objetivos de medição e fiscalização, assegurando a correlação entre o serviço efetivamente prestado e o pagamento realizado, bem como a mitigação de riscos operacionais e jurídicos.

Por fim, a contratação pretende contribuir para o fortalecimento da **atuação institucional do TCE/PR** como órgão comprometido com a promoção da acessibilidade, da inclusão social e do respeito aos direitos das pessoas com deficiência, assegurando que suas atividades sejam conduzidas de forma compatível com os valores constitucionais e legais que regem a Administração Pública.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Registra-se a existência de **contratação em vigor** relacionada ao mesmo objeto, consubstanciada no **Contrato nº 08/2021**, atualmente prorrogado por

meio do **4º Termo Aditivo**, no âmbito do **processo nº 24459-0/25**, com vigência até **26 de maio de 2026**.

A referida contratação atende, no momento, às demandas institucionais de prestação de serviços de tradução e interpretação da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Todavia, tal ajuste **não configura contratação interdependente**, uma vez que não condiciona tecnicamente a execução do objeto ora proposto, tampouco demanda integração operacional ou contratual entre instrumentos distintos.

A menção ao contrato vigente tem por finalidade **registrar o contexto de continuidade do serviço e subsidiar o planejamento da transição contratual**, de modo a assegurar que a eventual celebração de novo contrato ocorra de forma ordenada, evitando-se a **descontinuidade da prestação dos serviços de acessibilidade comunicacional**.

Assim, o presente Estudo Técnico Preliminar contempla a situação atual como **referência de continuidade**.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação em análise refere-se à prestação de serviço de natureza **intelectual e imaterial**, voltado à promoção da **acessibilidade comunicacional**, não envolvendo atividades potencialmente poluidoras, intervenções físicas ou processos que demandem uso intensivo de recursos naturais.

Ainda assim, é possível identificar **impactos ambientais indiretos**, de baixa magnitude, relacionados à forma de execução do serviço, os quais devem ser considerados no planejamento da contratação.

13.1 IMPACTOS AMBIENTAIS INDIRETOS POSITIVOS

- **Redução de deslocamentos por adoção de formato remoto:** a prestação do serviço de forma remota contribui para a redução de

deslocamentos urbanos dos profissionais, com reflexos positivos na diminuição de emissões associadas ao transporte.

- **Indução ao planejamento prévio de eventos e sessões:** a previsão antecipada da acessibilidade comunicacional tende a estimular melhor organização da agenda, da duração das atividades e do uso de infraestrutura, favorecendo a racionalização de recursos institucionais.
- **Integração com práticas administrativas sustentáveis:** a prestação regular e planejada do serviço de interpretação em LIBRAS favorece a adoção de soluções integradas (tecnológicas e organizacionais), reduzindo improvisações e retrabalhos que impactam o uso de recursos.

13.2 IMPACTOS AMBIENTAIS INDIRETOS NEGATIVOS

- **Uso adicional de recursos tecnológicos e energia elétrica:** a atuação em sessões, eventos e transmissões pode demandar o acionamento de equipamentos audiovisuais e de conectividade, com aumento pontual e limitado do consumo energético.

13.3 MEDIDAS MITIGADORAS E RECOMENDAÇÕES

- Planejar previamente os acionamentos e a duração das atividades, evitando **mobilizações e permanências desnecessárias**;
- Utilizar preferencialmente a **infraestrutura tecnológica já disponível**, evitando ampliações artificiais do consumo de recursos;
- Alinhar a execução do serviço às práticas institucionais de **racionalização de recursos**, já adotadas pelo Tribunal.

Os impactos ambientais associados à contratação são **indiretos, de baixa magnitude e plenamente controláveis**, podendo ser mitigados ou potencializados positivamente mediante planejamento adequado, sem comprometer a execução do objeto ou a eficiência administrativa.

14. CLASSIFICAÇÃO NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/11

Entende-se que a contratação pretendida, bem como os documentos que integrarão a respectiva instrução processual, possuem, em regra, natureza **ostensiva**, sujeitando-se ao regime de publicidade e transparência aplicável à Administração Pública, nos termos da **Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)**, especialmente quanto ao dever de divulgação de informações de interesse coletivo ou geral.

Ressalta-se que o **Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR** adota, como diretriz institucional, a ampla transparência de seus atos, disponibilizando em seu **sítio eletrônico oficial** informações e dados relativos aos procedimentos licitatórios e contratações administrativas. O acesso aos documentos ostensivos pode ser realizado por meio do endereço www.tce.pr.gov.br, na aba “**Transparência do TCE**” e, na sequência, em “**Licitações do TCE-PR**”, onde é possível consultar a íntegra dos processos licitatórios.

Ressalva-se que poderão constar dos autos **informações pessoais e/ou dados pessoais** de pessoas físicas, os quais deverão receber o tratamento legal adequado, com eventual restrição de acesso ou anonimização, quando cabível, preservando-se a transparência do processo naquilo que não estiver protegido por norma específica.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Diante das análises desenvolvidas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida se mostra **necessária, adequada e conveniente** para o atendimento da demanda institucional identificada, relacionada à garantia de **acessibilidade comunicacional** no âmbito das atividades do **Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR**.

O estudo evidenciou que a solução proposta é **juridicamente viável, tecnicamente adequada e operacionalmente compatível** com a dinâmica institucional do Tribunal, permitindo a prestação dos serviços de forma **sob demanda**, com critérios objetivos de execução, medição e fiscalização, sem prejuízo da continuidade do serviço e da qualidade técnica exigida.

Restou demonstrado, ainda, que a contratação, nos moldes delineados, encontra respaldo no ordenamento jurídico aplicável, alinha-se às diretrizes de **acessibilidade, inclusão e transparência**, e observa os princípios da **eficiência, economicidade, planejamento, publicidade e interesse público**, não se identificando óbices técnicos, administrativos ou ambientais que inviabilizem sua implementação.

O planejamento realizado considerou, de forma expressa, o **cenário contratual vigente**, permitindo o adequado tratamento da **continuidade e da transição contratual**, bem como avaliou alternativas de mercado, quantitativos estimados, impactos ambientais, aspectos de governança e riscos associados, concluindo pela adequação da solução escolhida em relação às demais opções analisadas.

Assim, conclui-se que a contratação proposta é apta a prosseguir para a fase seguinte do processo.

Curitiba, 09 de março de 2026

Documento assinado digitalmente.

MURILO ERPEN ZARDO
Auditor de Controle Externo
Matrícula nº 52.182-5

Documento assinado digitalmente

CAIO HENRIQUE CANDIDO DE OLIVEIRA
Auditor de Controle Externo
Matrícula nº 52.656-8

Documento assinado digitalmente

GUSTAVO RIBEIRO DORTAS
Supervisor de Licitações e Contratos
Matrícula nº 52.117-5